

CHEGA DE SAUDADE OU... SAUDADES DO LADRÃO:

A propósito de O Roubo da Fala: Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da fala*: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo (SP): Boitempo Editorial, 1999. 231 p. (Coleção "Mundo do Trabalho").

Adalberto Paranhos – UFU

*"Ai, Gegê!
Ai, Gegê!
Ai, Gegê! Que saudades
Que nós temos de você"*¹

"Como o chinês e a bicicleta/como Cartola e Dona Zica/como a paisagem e o cartão-postal/como Romeu e Julieta/catupiri com goiabada/como quem fica junto no final" (JOYCE, 1996). Getúlio Vargas e o trabalhismo soldaram sua existência ao Brasil, tal qual a unha adere à carne. Passados quase 50 anos da morte desse líder populista, ele resiste ao tempo e ainda ocupa lugar central em muitas discussões sobre os rumos da vida pública brasileira. E mais, o espólio político varguista continua a suscitar disputas que demarcam claramente o terreno em que se estabelece o confronto entre getulistas e antigetulistas, estes situados tanto à direita, quanto à esquerda do espectro político nacional. Como não poderia deixar de acontecer, as vozes que engrossam esse debate ressoam na própria academia. Afinal, esta não constitui, por mais que possa parecer o contrário, um mundo à parte.

Estas considerações iniciais vêm a propósito dos comentários do cientista político Guilherme Cavalheiro (2000), que me deu o prazer de ler, nesta revista, sua resenha sobre o livro *O Roubo da Fala*. Para além dos termos em que estamos de acordo, interessa-me, aqui, pôr em questão o que

diferencia – em certos casos, radicalmente – nossas perspectivas de análise. Habitados a conviver num espaço (o da universidade) em que freqüentemente se calam as divergências por temor ao debate e/ou em função de conveniências pessoais e políticas, nada mais salutar do que deixarmos correr soltas as idéias. Só assim poderemos infundir vida, mais em atos do que por meio de meras palavras, ao ideal de uma universidade permeável ao livre debate.

Qual é o xis do problema, para Guilherme Cavalheiro (2000)? Depois de apontar o que reputou importante em *O Roubo da Fala*, ele se lança numa operação com o objetivo de contabilizar "as ações concretas e positivas de Vargas", "invertendo-se o saldo negativo" que lhe foi atribuído. No perde-ganha da história, os pratos da minha balança teriam pendido exclusivamente para um dos lados, fazendo pouco da memória de Getúlio Vargas e do que ele representou na sociedade brasileira como encarnação de um projeto nacional-desenvolvimentista. Ora, indaga Guilherme (2000), como subestimar o significado do legado varguista justamente quando se assiste ao desmanche de seu modelo de "Estado-providência", tragado pela avalanche neoliberal que assola o mundo? Não estaria eu, no fundo – embora impulsionado por propósitos socialistas – , fazendo, objetivamente, o jogo das forças reacionárias que desfiguraram a Constituição brasileira de 1988? (CAVALHEIRO, 2000, p. 155). Sabe-se que o ataque a uns tantos dispositivos constitucionais foi desfechado em nome da necessidade de enterrar a "era Vargas". Eu teria, então, sucumbido à tentação e ao equívoco de juntar-me, mesmo não sendo um deles, aos

¹ *Ai, Gegê* (João de Barro e José Maria de Abreu), com Jorge Goulart. Continental, 78 rpm, gravado em 20 de janeiro e lançado em março de 1950.

coveiros neoliberais de Vargas, por quem deveriam dobrar os sinos da classe trabalhadora.

Vamos por partes, como diria o esquartejador. Entre outras coisas, procuro evidenciar em meu trabalho que a ideologia do trabalhismo é uma fala roubada aos trabalhadores. Ela se apropriou de falas, lutas, símbolos da classe trabalhadora, os quais, depois de dessignificados e ressignificados, lhe foram devolvidos sob a forma de mitos. Nesse esforço de apropriação/expropriação de sentidos, em meio às batalhas que caracterizam as “lutas de representações”, tentou-se frear as lutas de classe e subordinar politicamente os trabalhadores, conforme as conveniências decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista vigente.

Ao contrário do que diz Guilherme (2000, p. 153), em momento algum sustento que o trabalhismo é unicamente “ideologia e não realidade”, muito menos supus que alguém imaginasse que tal visão compõe a “tese central” de *O Roubo da Fala*². Uma concepção oposta a esta perpassa todo o livro e é repisada constantemente. Na própria introdução friso, mais de uma vez, que

a ideologia do trabalhismo não operou no vazio. Sua força, historicamente, adveio da ‘concessão’ de direitos, ou melhor, do atendimento a interesses mais ou menos imediatos ou a certas aspirações das classes trabalhadoras, mesmo que esse atendimento fosse parcial e integrado a uma estratégia geral que fugia aos propósitos de amplos setores do movimento operário (PARANHOS, 1999).

Vou mais longe ao ressaltar que,

vista desse ângulo, a ideologia do trabalhismo não representaria tão-somente uma mistificação ideológica, nem se reduz a uma criação artificial gerada pela mera demagogia. Até porque não concebo ideologia a partir de critérios que valorizam sobretudo sua ‘negatividade’, tais como o puro e simples escamoteamento, a ocultação, o engodo que ela engendraria³ (PARANHOS, 1999, p. 24).

Daí não ser procedente a observação de Guilherme, segundo o qual eu teria me tornado prisioneiro da análise do discurso trabalhista, deixando de atentar para o “contexto objetivo que o alimentava” (CAVALHEIRO, 2000, p. 155). Batendo ainda nessa tecla, ele insiste na referência às “ações concretas e positivas de Vargas em seu atendimento às reivindicações que lhe foram feitas” e chama a atenção para a necessidade de cotejar com essa realidade a ideologia do trabalhismo. Imputa a mim, desse modo, o pecado de haver negligenciado “a existência real de um incipiente Estado-providência, fundamental para a eficácia dos discursos analisados” (CAVALHEIRO, 2000, p. 154). E, de passagem, assinala uma aparente contradição em meu texto, pinçando dele uma das frases finais do capítulo III: “os mitos, afinal, não se nutrem só de palavras”, uma alusão ao fato de que o verbo, sem verbas, é de pouca valia [...]

Ora, esta é uma afirmação-chave que atravessa *O Roubo da Fala* e, recorrentemente, revela o fio condutor da minha análise: sem a contrapartida da satisfação de certos interesses ou aspirações das classes trabalhadoras, o trabalhismo varguista não encontraria eco, sendo condenado, a exemplo do personagem bíblico João Batista, a pregar no deserto. Seria interessante, aliás, que Guilherme tivesse mencionado as duas frases seguintes à sua citação. Saliento, então, a respeito dos mitos criados sobre Vargas como “doador” da legislação social, que “a sua entronização depende, em boa parte, de ações concretas. Lançar palavras ao ar requeria, ao mesmo tempo, uma série de medidas mais terra-a-terra, sem o que sua eficácia estaria irremediavelmente comprometida” (PARANHOS, 1999, p. 139). E essas medidas concretas são lembradas a todo instante, se bem que isso passou despercebido para Guilherme.

Se as ações do Governo Vargas foram “positivas” (boas, louváveis), bem, essa já é outra

em torno do “verdadeiro” e do “falso”. Também não é casual que procuro incorporar a contribuição de Foucault, que, no entanto, se recusa a recorrer à noção de ideologia precisamente porque não está preocupado em delimitar o campo do que é “verdadeiro” e do que é “ideológico”. A ótica foucaultiana privilegia o desvendamento do regime de produção da verdade, ou seja, aquilo que faz com que, num determinado contexto, algo seja tomado por verdadeiro (v. PARANHOS, introdução e p. 94/108, nas quais emprego inclusive o conceito de “material ideológico”, à maneira de Gramsci, ao me referir à materialidade da ideologia).

² Mais adiante, ele criticará a “equivocada conclusão de que a ideologia do trabalhismo foi, exclusivamente, falsificação da história”.

³ Não é à toa que trabalho, em meu livro, com a concepção gramsciana de ideologia, que se distancia, por sinal, dos embates

história. Pudera, no pós-30, particularmente sob a ditadura estado-novista, apertaram-se os nós da camisa-de-força que se impôs ao movimento operário. Buscou-se podar, a qualquer custo, as ações efetivas dos trabalhadores que expressassem independência político-ideológica e autonomia organizativa. Nesse cenário, o que se “concedeu” – em resposta a pressões históricas dos trabalhadores – visou a varrer o país de conflitos sociais e consolidar a almejada “paz social”, tão propícia ao desenvolvimento urbano-industrial capitalista. Além do mais, pelos cálculos oficiais, os trabalhadores se transformariam num capital político destinado a oferecer sustentação ao regime e/ou a Vargas.

Logo se vê que a discordância entre mim e Guilherme não está, a rigor, no reconhecimento de que o Estado foi levado a tomar iniciativas concretas que, seja lá como for, contribuíram, em alguma medida, para minorar os problemas cotidianos das classes trabalhadoras. Sem entrar, aqui, na discussão sobre o alcance e o real cumprimento da legislação trabalhista, cabe, entretanto, destacar que é simplificar demasiadamente as coisas assegurar que Vargas atendeu às reivindicações que lhe foram formuladas (CAVALHEIRO, 2000, p. 154). Repito: algumas o foram, outras não mereceram a menor consideração e, mesmo no caso do atendimento às exigências das classes trabalhadoras, isso se verificou de maneira extremamente parcial. O que importava, acima de tudo, para o Governo Vargas era a subjugação dos trabalhadores ao Estado Capitalista e à lógica mais geral da acumulação/exploração capitalista. Prova disso é também a legislação sindical, que trouxe consigo a instituição do sindicalismo de Estado, que nem de longe era reivindicado pelos segmentos mais atuantes do movimento operário, razão pela qual reagiram inicialmente à sua implantação no imediato pós-30.

Por isso tudo, fujo de um certo “triumfalismo” operário que exalta as conquistas trabalhistas do período. Registraram-se ganhos, sim, mas as leis sociais conservam um caráter contraditório que não se deve omitir. Como já acentuou Kazumi Munakata, em *A Legislação Trabalhista no Brasil*, a própria CLT, “ao incorporar dispositivos que expropriam do

trabalhador a capacidade de decisão e controle sobre a sua vida”, é exemplo dessa ambigüidade, pois “a legislação trabalhista, no seu espírito e no seu processo de implemento, carrega as marcas das lutas operárias mas também as de sua derrota” (PARANHOS, 1999, p. 174).

Essas considerações diferem em muito da posição de Guilherme Cavalheiro, para quem eu, não fosse minha ingratidão para com Vargas, deveria reconhecer que “sua ação apenas atendeu às nossas reivindicações”. Na pior das hipóteses, deveria admitir que “houve, no mínimo, uma co-autoria entre o movimento operário-popular e Vargas no estabelecimento daquelas conquistas”. Nessa linha de raciocínio, ele conclui, por fim, que, ao descartar “o mito do bom chefe”, eu resvalo numa análise segundo a qual “só os trabalhadores seriam autores de sua história, criadores das conquistas sociais daquele período” (CAVALHEIRO, 2000, p. 155).

Nada mais despropositado, como procurei mostrar logo acima. A tese por mim defendida, ao longo de *O Roubo da Fala*, é bastante diferente da que me foi atribuída. Já na introdução ponho em destaque o papel desempenhado não apenas pelo Governo Vargas como pela burguesia industrial e comercial na elaboração das leis sociais (PARANHOS, 1999). De mais a mais, sempre estive entre aqueles que não concebem uma história da classe operária que se restrinja aos operários, assim como não é aceitável uma história das mulheres à margem das relações de gênero. A história das classes, dos grupos sociais e dos indivíduos só adquire sentido se compreendermos o seu caráter relacional. No caso da história das classes trabalhadoras, ela só ganha sentido no contexto das relações com outras classes e com o Estado, ou seja, a partir de um enfoque relacional que mapeie o campo de disputas e concorrências em que ela se situa num determinado momento histórico. Por outras palavras, há, aí, uma multiplicidade de sujeitos sociais em confronto. Supor, sem a devida fundamentação, que eu eleja os trabalhadores como sujeitos exclusivos de sua história equivale a dizer que seria refém da lógica de “populismos” de tipo rasteiro, que vêm no “povo”, senão o único, pelo menos o mais importante sujeito histórico. Tamanha indigência teórica seria inconcebível, até porque aprendi, não

é de hoje, que *“classe não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações, tanto verticais quanto horizontais”* (HOBSBAWM, 1998, p. 99).

Jovem ainda, Guilherme Cavalheiro suspira de saudade daqueles velhos e bons tempos. *O Roubo da Fala* contribuiria – apesar dos méritos que ele enxergou no livro – para nos levar a *“esquecer como havíamos sido ‘felizes’[...] ao lado, quem diria, daquele saudoso ladrão”*. Quanto a isso, Guilherme não titubeia ao afirmar, com o mesmo (saudável) senso de humor que dá título à sua resenha: *“o ladrão daqueles tempos é preferível à ‘polícia’ neoliberal de hoje”* (CAVALHEIRO, 2000, p. 155).

Aqui as coisas se aclaram de vez. No seu afã absolutamente justificado de combater a onda neoliberal que atinge, em escala planetária, os trabalhadores, ele chora de saudade do que foi, *sem jamais ter sido*, o “Estado-providência” (o *Welfare State*) no Brasil da “era Vargas”. Move-o uma boa intenção, a comprovar que ele, como , de resto, qualquer um de nós, interroga o passado com os olhos do presente. Afinal, *“a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras”* (BENJAMIN, 1985, p. 229).

Que não se pense, porém, tratar-se de um caso de simples nostalgia. Tirar tal conclusão, de forma simplória, não faria justiça à inteligência e à formação intelectual de Guilherme Cavalheiro. Trata-se, sim, de sair em defesa de quem teria representado “um incipiente Estado-providência” nestes tristes trópicos. No embalo do seu sonho getulista, ele desconsiderou, todavia, que o “Estado do bem-estar social” – hoje em fase de queda livre – resumiu-se a uma experiência do segundo pós-guerra limitada a um reduzidíssimo número de países de áreas centrais do capitalismo.

E até lá onde prosperou, seus resultados foram ambivalentes. De um lado, com o *Welfare State*, diminuiu o raio de liberdade de ação do capital, sem, no entanto, ameaçar a ordem do capital. De outro, como demonstra muito bem Alain Bihr, legitimou-se o estatismo, que se expandiu no interior do movimento operário. Este se deixou seduzir por uma espécie de “fetichismo de Estado”, como se, enfim, o Estado abandonasse a sua natureza de classe e se convertesse num

organismo político confiável e fiador da “seguridade social”. Nesse processo houve, inegavelmente, vantagens materiais para os trabalhadores, mas isso não é tudo: ele *“significou para o proletariado um aumento da dependência, tanto prática quanto ideológica, em relação ao Estado”* (BIHR, 1998). Numa palavra, a social democracia, com seu “Estado-providência”, reforçou, por vias oblíquas, a dominação de classe.

Já no Brasil, como digo com todas as letras em *O Roubo da Fala*, ao promover a glorificação do Estado – e de Vargas, sua personificação – como o agente que zela e vela pelos interesses dos trabalhadores, a ideologia do trabalhismo alimentou a reafirmação da incapacidade política das classes trabalhadoras (PARANHOS, 1999, p. 25).

Por isso mesmo, chega de saudade! A saudade mata a gente, moreno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnicas, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 229p.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CAVALHEIRO, Guilherme. Clame! Chame! Chame o ladrão. *Cronos*, Natal, v. 2, n. 2, jul./dez. 2000.
- HOBSBAWM, Eric. *Da história social à história da sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JOYCE. *O chinês e a bicicleta*. In: _____. Ilha Brasil. [s. l.]: Emi, 1996. 1 compact disc.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.